

PROCESSO - A. I. Nº 299333.0007/24-4  
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
RECORRIDO - ARGAMASSA QUARTZOLAR LTDA. - ME  
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 4º JJF nº 0269-04/24-VD  
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ SUDOESTE  
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 20/05/2025

**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO CJF Nº 0155-12/25-VD**

**EMENTA:** ICMS. RECOLHIMENTO A MENOS. DESENCONTRO ENTRE OS VALORES DO IMPOSTO RECOLHIDO E O ESCRITURADO PELO CONTRIBUINTE. Comprovado que imposto exigido no presente lançamento já havia sido lançado anteriormente através de outro procedimento fiscal. Fato reconhecido pelo autuante ao prestar a Informação Fiscal. Mantida a decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 4ª JJF, consoante art. 169, I, “a” do RPAF/BA, através do Acórdão 0269-04/24-VD, por ter desonerado a totalidade dos valores exigidos no Auto de Infração lavrado em 17/06/2024 que acusa o cometimento da seguinte infração:

***Infração 01 - 003.001.001** – Recolheu a menor ICMS em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e escriturado na apuração do imposto (2020/2021). Consta na descrição dos fatos que o recolhimento a menor de ICMS decorre dos valores apurados na conta corrente do contribuinte, elaborado pelo mesmo através da Escrituração Fiscal Digital (EFD) e o efetivamente pago - R\$ 148.355,36. Multa de 60%.*

Na decisão recorrida (fls. 86 a 88) foi ressaltado que a infração acusa recolhimento a menor ICMS em decorrência do desencontro entre os valores escriturados na EFD e o efetivamente pago, tendo apreciado que:

*o sujeito passivo na apresentação da defesa inicialmente afirmou que, por conta de erros materiais existentes nas declarações anteriores, a Autuada, entre os dias 16 e 22/07/2024, via Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, entregou Escrituração Fiscal Digital substituindo informações equivocadas anteriormente prestadas, relativas a grande parte do período compreendido entre maio/2019 e outubro/2021. Justifica que tais retificações foram realizadas após a troca de contabilidade e averiguação de equívocos/lapsos cometidos pelos profissionais anteriores.*

*Aduz o autuado que os valores constantes neste auto de infração foram apurados com base em declarações prestadas pela própria Autuada em sua escrituração fiscal, e também foi verificado, paralelamente, a existência de uma inscrição em dívida ativa do mesmo débito relativa ao ora exigido.*

*Assevera que, consoante relatório anexo, foi inscrito na dívida ativa o PAF nº 810000.6998/24-0-A, de 10.06.2024 (cópia anexa), no valor principal de R\$ 204.144,05. O referido PAF abrange ocorrências de 31/05/2019 a 30/09/2021, daí a razão do valor ser superior ao do auto de infração.*

*Afirma que esse valor principal de R\$ 204.144,05, com uma única diferença encontram-se arrolados **TODOS** os valores constantes no auto de infração. Ou seja, está se exigido valores em duplicidade.*

*O autuante ao prestar a informação Fiscal diz que o período fiscalizado referente a OS 500802/24, coincide com a inscrição do PAF na dívida ativa, em data ligeiramente inferior ao registro do presente Auto de Infração, configurando realmente uma duplicidade de cobrança.*

*Concordo com as conclusões do autuante pois de fato, de acordo com o RELATÓRIO DE ESPELHO DA INSCRIÇÃO DO PAF NA DÍVIDA ATIVA, fls. 23 a 28, verifica-se a existência do Processo nº 810000.6998/24-0 lavrado contra a empresa autuada, fatos geradores ocorridos entre 31/05/2019 a 30/09/2021, no valor principal de R\$ 204.144,05, referente a seguinte infração: “02.12.002 - Deixou de recolher ou recolheu parcialmente o valor declarado em EFD - Escrituração Fiscal Digital, referente ao ICMS Normal”.*

*Dessa forma, restou confirmada a alegação defensiva de duplicidade de exigência, pois o Processo nº 810000.6998/24-0 abrange todos os valores exigidos no presente lançamento, e, tendo em vista que este Auto de Infração foi lavrado em 17/06/2024, portanto, posteriormente a lavratura do Processo anteriormente*

*mentionado, pois ocorrido em 10/06/2024, a infração é totalmente insubsistente.*

*Ante ao exposto voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.*

A 4ª JJF recorreu de ofício da decisão acima para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do art. 169, I, “a” do RPAF/BA.

## VOTO

O Auto de Infração acusa recolhimento a menos do ICMS em decorrência do desencontro entre os valores recolhidos e o escriturado na apuração do imposto. Foi julgado improcedente e na data da decisão recorrida tinha valor atualizado de R\$ 292.953,85 (fl. 90), o que justifica o reexame necessário por superar o valor desonerado de R\$ 200.000,00 previsto no art. 169, I, “a” do RPAF/BA.

Na impugnação inicial o sujeito passivo alegou que:

- i) Entregou declarações no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) com dados incorretos, que foram corrigida em Escrituração Fiscal Digital (EFD) retificadas;
- ii) Os valores exigidos já foram inscritos em Dívida Ativa.

Na informação fiscal o autuante reconheceu que os valores exigidos no período fiscalizado coincidem com os da inscrição em dívida ativa, que foi lançado antes da lavratura do Auto de Infração, configurando a duplicidade de cobrança. A 4ª JJF julgou improcedente o lançamento.

Constato que no demonstrativo de fl. 5, a fiscalização indicou os valores apurados e recolhidos, tendo exigido a diferença devida no período de janeiro/2020 a setembro/2021 em 17/06/2024, totalizando R\$ 148.355,36.

O relatório de espelho da inscrição em Dívida Ativa do Processo nº 810000.6998/24-0, juntado à fl. 25 indica fatos geradores ocorridos entre 31/05/2019 a 30/09/2021, totalizando R\$204.144,05, referente a falta de recolhimento ou recolhimento parcial, declarado em EFD, constituído em 10/06/2024.

Tomando por exemplo o demonstrativo elaborado pela fiscalização (fl. 05) no mês 01/2020 foi exigido diferença devida de R\$ 13.017,36 que corresponde ao mesmo valor que foi inscrito na Dívida Ativa, conforme relatório espelho de fl. 25.

Como o AI foi lavrado em 17/06/24, com ciência ao contribuinte pelo Domicílio Tributário Eletrônico (DTe) em 09/07/2024, restou comprovado que os valores exigidos por meio de Auto de Infração já tinha sido lançado em Dívida Ativa do Processo nº 810000.6998/24-0, implicando em duplicidade de cobrança de ICMS e correta a decisão que julgou improcedente o Auto de Infração.

Voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 299333.0007/24-4, lavrado contra **ARGAMASSA QUARTZOLAR LTDA. - ME.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 30 de abril de 2025.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

LEILA VON SOHSTEN RAMALHO – REPR. DA PGE/PROFIS